



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0000842-72.2016.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Telefonia**
 Requerente: **SAN BASTER PEREIRA DE CASTRO**
 Requerido: **Telefônica Brasil S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O .

Trata-se de ação em que o autor alegou ter solicitado à ré em novembro/2015 a transferência de sua linha telefônica fixa por ter-se mudado de endereço.

Alegou ainda que em seguida essa linha foi desligada e que outra foi instalada no seu novo endereço.

Salientou que recebeu cobranças relativas ao período em que a linha original permaneceu sem funcionamento.

Já a ré em contestação ressaltou a inexistência de falha na prestação dos serviços a seu cargo.

A hipótese vertente concerne a relação de consumo, preenchidos que estão os requisitos dos arts. 2º e 3º do Código de Defesa do Consumidor.

Aplica-se por isso, dentre outras regras, a da inversão do ônus da prova (art. 6º, inc. VIII, parte final, do CDC), a qual leva em conta a hipossuficiência do consumidor sob o ângulo técnico e não econômico.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

É o que leciona **RIZZATTO NUNES**:

“A vulnerabilidade, como vimos, é o conceito que afirma a fragilidade econômica do consumidor e também técnica. Mas hipossuficiência, para fins da possibilidade de inversão do ônus da prova, tem sentido de desconhecimento técnico e informativo do produto e do serviço, de suas propriedades, de seu funcionamento vital e/ou intrínseco, dos modos especiais de controle, dos aspectos que podem ter gerado o acidente de consumo e o dano, das características do vício etc.” (“Comentários ao Código de Defesa do Consumidor”, Ed. Saraiva, 2011, p. 218).

Como o autor ostenta esse status em relação à ré, relativamente aos fatos trazidos à colação, aquela norma tem incidência na espécie.

Assentada essa premissa, observo que a ré não demonstrou satisfatoriamente a legitimidade dos débitos em apreço.

Limitou-se em contestação a asseverar que o autor utilizou os serviços que lhe foram disponibilizados, mas não extraio dos autos lastro para afirmação dessa natureza.

O documento de fls. 05/06, concernente à fatura vencida em janeiro/2016, não dá conta de qualquer uso concreto do autor em relação aos serviços prestados pela ré, deixando de detalhá-los com a indispensável precisão.

Já quanto à fatura vencida em dezembro/2015, a ré nem mesmo a amealhou, de sorte que de igual modo é de rigor a convicção de que não se patenteou que o autor usufruiu dos serviços respectivos.

Nesse contexto, acolhe-se a postulação vestibular para a declaração da inexigibilidade do débito trazido à colação, ausente lastro a sustentá-lo.

Já no que atina ao restabelecimento da linha nº (16) 3501-2124 no novo endereço do autor, não foi objeto de impugnação por parte da ré.

Prospera, portanto, o pleito a propósito.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para declarar a inexigibilidade dos débitos descritos a fl. 01 (no importe de R\$ 116,18 e relativos às faturas vencidas em dezembro/2015 e janeiro/2016), bem como para determinar à ré que restabeleça no prazo máximo de cinco dias a linha nº (16) 3501-2124 no novo endereço do autor (Av. Luciano Eduardo Félix, 247, São Carlos).

Transitada em julgado, intime-se a ré pessoalmente para cumprimento de fazer que lhe foi imposta (Súmula nº 410 do Superior Tribunal de Justiça).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Deixo por ora de fixar multa pelo eventual descumprimento da obrigação, o que poderá acontecer oportunamente, se necessário.

Torno definitiva a decisão de fls 08/09, item 1.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 16 de fevereiro de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**